

ATA Nº 04/01- Reunião Ordinária

001 Aos 12 dias do mês de julho de ano de 2001, o COMITESINOS reuniu-se ordinariamente,
002 às 14horas, na sala do Pós I, na UNISINOS, São Leopoldo/RS, em atendimento ao seu
003 Regimento Interno, para tratar dos assuntos estabelecidos na pauta, quais foram: 1)
004 aprovação da ata da reunião ordinária (7 de junho/01); 2) PL 4147/2001; 3) programa de
005 capacitação do plenário; 4) III Encontro Nacional de Comitês de Bacias e do Fórum
006 Nacional de Comitês de Bacia; 5) trabalhos em andamento: Mutirão do Rio dos Sinos;
007 apresentação Gerdau; comissão UTE/Canoas; 6) assuntos gerais. Ao iniciar os
008 trabalhos, o Presidente, eng. Paulo Renato Paim, representante da ABES/RS no Comitê,
009 distribuiu cópias da Ata da reunião extraordinária, realizada no dia 7 de junho, que teve
010 como tema único a eleição da nova direção do COMITESINOS para o período
011 2001/2002, informando que a grande maioria dos representantes das entidades membro a
012 haviam recebido por meio eletrônico mas que a Secretaria Executiva não tinha tido tempo
013 hábil para o envio por correio. Dessa forma, os participantes que não haviam recebido a
014 ata teriam a possibilidade de avaliá-la no momento para que a mesma fosse submetida à
015 aprovação. Enquanto a ata era lida, Paim distribuiu cópias de documento contendo a
016 relação das entidades membro, titulares e suplentes, seus respectivos representantes e
017 telefone de contato. A iniciativa tem o propósito de facilitar a interlocução entre tais
018 representantes, particularmente para o atendimento das convocações das reuniões do
019 COMITESINOS. Foi destacado que no rodapé desse documento estavam agendadas as
020 reuniões ordinárias do plenário e as da CPA, até o final do ano. Ainda, foi passada uma
021 lista para o registro dos endereços eletrônicos dos participantes, facilitando, dessa
022 maneira, o sistema de comunicação da Secretaria Executiva. Por último, foram
023 divulgadas as matérias jornalísticas sobre o COMITESINOS publicas nos jornais locais.
024 Tomadas tais iniciativas, o Presidente colocou a ata em regime de avaliação e a mesma
025 foi aprovada, sem retificações. Em continuidade aos trabalhos, Paim anunciou o
026 próximo assunto destacando que o PL 4147/2201 tratava da regulação da prestação do
027 serviço de saneamento no país era um projeto polêmico, que já havia entrado na pauta do
028 Congresso Nacional em regime de urgência por duas vezes e que os setores da saúde, do
029 saneamento e dos recursos hídricos estavam se movimentando para aprofundar o tema.
030 Ainda, que, porque tocava nas questões do gerenciamento dos recursos hídricos, as
031 categorias do esgotamento sanitário e drenagem urbana e do abastecimento público
032 haviam se reunido para que o COMITESINOS pudesse se manifestar de uma forma mais
033 madura e construtiva, apontando sugestões que pudessem ser incorporadas no projeto de
034 lei. Neste sentido, solicitou que a eng.^a Ellen Pritsch, representante da CORSAN,
035 apresentasse informações sobre como as categorias estavam conduzindo as discussões
036 internamente e de que forma poderia ser tirada uma posição do Comitê, sobre o assunto.
037 Ellen enfatizou os aspectos positivos da proposta, como o que regulamenta as concessões,
038 especialmente naquilo que impede que estas sejam onerosas, ou seja, que o município,
039 que detém a titularidade dos serviços de abastecimento público e de esgotamento
040 sanitário, ao optar pela concessão, o faça sem que haja repasse de recursos financeiros
041 para a administração pública municipal. Ainda, se o processo de concessão envolver
042 uma transação onerosa, os recursos financeiros decorrentes deverão ser aplicados
043 exclusivamente no serviço da concessão – abastecimento público e/ou esgotamento
044 sanitário. Ellen citou o exemplo da concessão feita em Manaus onde, por não haver
045 regulação do processo, foi amparada em critérios financeiros e não técnicos. Entre todas
046 as questões apontadas por Ellen a de maior repercussão para as categorias do Comitê
047 que vêm discutindo o tema foi sobre o arranjo que deverá ser adotado para estabelecer a
048 condição dos municípios que integram as regiões metropolitanas sem que estes percam as
049 respectivas titularidades. Segundo as informações apresentadas, a intenção do grupo é a
050 de formular uma proposta pelo COMITESINOS que avance no sentido de aprimorar
051 aspectos da PL do ponto de vista da repercussão dos serviços de saneamento no processo

052 de gerenciamento de recursos hídricos. Também, que seja descartada qualquer
053 manifestação do Comitê através de abaixo assinados que não apontem para alternativas
054 de encaminhamento. Nessa linha, o procedimento a ser adotado é o do grupo produzir
055 um documento fundamentando as questões de consenso, do ponto de vista de um Comitê
056 de Bacia, e que este seja submetido ao plenário, para aprovação. O vereador Lunardi,
057 representante da Câmara Municipal de São Leopoldo, destacou que São Leopoldo, apesar
058 de integrar a região metropolitana de Porto Alegre, já havia sancionado uma lei
059 específica que impossibilitava os processos de concessão dos serviços de água e esgoto e
060 que aquela Casa, ao analisar a PL 4147/01, havia se manifestado pela retirada da
061 proposta da pauta do Congresso Nacional. Emilio Wild, representante do SEMAE/SL
062 complementou dizendo que a Lei Orgânica do município evita eventual intenção da
063 prática de concessão e que, no seu ponto de vista, este assunto tratado na PL era o mais
064 polêmico. Silvio Klein, representante da COMUSA/NH concordou com o posicionamento
065 de Ellen e Emilio dizendo que era importante saber se a PL seria, efetivamente, votada e
066 que, do ponto de vista das companhias de água e esgoto a existência de um agente
067 regulador era tido como um novo elemento "complicador", trazendo desconfortos mas do
068 ponto de vista dos usuários era uma exigência necessária. Sandro Camargo,
069 representante do SEMAE/SL, informou que o Presidente do SEMAE/SL, eng. Germano
070 Weinmann vinha participando de inúmeros encontros onde este assunto estava sendo
071 debatido e que o momento exigia agilidade na apresentação de uma proposta visto que os
072 prazos estavam se esgotando e já havia sido marcado para o início do mês de agosto a
073 convocação extraordinária do Congresso Nacional para apreciação e votação do PL.
074 Neri Chilanti, representante da COMUSA/NH, considerou fundamental e sem precedentes
075 dois aspectos que se destacaram por conta das discussões. O primeiro, sobre a
076 possibilidade real que havia sido criada para que o COMITESINOS entrasse no processo
077 que, aparentemente, se restringia a alguns setores e, segundo, em se tratando de um
078 Comitê de Bacia, e por essa natureza adotar a bacia hidrográfica como unidade de
079 planejamento, ficava sacramentada a obrigatoriedade da gestão dos serviços de
080 saneamento de forma associada. Paim, por sua vez, reafirmou a responsabilidade
081 nacional que o COMITESINOS assumia lembrando que, por sermos o COMITESINOS e
082 não outro Comitê, estamos sempre na vitrine, servindo de modelo ou referência para os
083 demais. Neste aspecto, destacou a importância do trabalho realizado pelo grupo.
084 Geraldo Portanova Leal, representante do Sindicato dos Químicos/RS, que participa
085 igualmente do Comitê Cai, enfatizou a importância do COMITESINOS em assumir um
086 posicionamento orientado pela ótica de um Comitê de Bacia. Informou que no Cai,
087 apesar da difusão de todas as informações referentes ao assunto, repassadas a todos os
088 integrantes daquele Comitê, não havia sido produzido qualquer documento que traduzisse
089 as expectativas do colegiado. De acordo com Geraldo, a possibilidade do COMITESINOS
090 formular uma proposta que traduzisse o consenso das diferentes categorias que integram
091 o Comitê seria não apenas apoiada pelos demais Comitês do Estado como também
092 poderia servir de referência para os Comitês de todo o Brasil. Mais uma vez, o
093 COMITESINOS lideraria uma iniciativa fundamental para a consolidação do Sistema
094 Estadual de Recursos Hídricos, particularmente naquilo que ele pressupõe sobre a
095 participação da sociedade na tomada de posição sobre um tema intimamente ligado à
096 gestão dos recursos hídricos. Ellen concluiu o assunto dizendo que o grupo envolvido com
097 o assunto assumira a responsabilidade de elaborar um documento que traduzisse, dentro
098 do possível, as propostas relacionadas à manutenção da titularidade dos serviços
099 públicos de saneamento básico ao município e à regulação e fiscalização de tais serviços.
100 Dito isso, o Presidente sugeriu que, tão logo o grupo concluísse a proposta, fosse feita
101 uma convocação extraordinária do plenário para apreciação do documento e deliberação
102 do mesmo, inclusive definindo os procedimentos de busca de adesão dos demais Comitês
103 de Bacia. Tal decisão foi aprovada e, dando continuidade aos trabalhos, o terceiro
104 assunto da pauta - programa de capacitação - foi anunciado. Segundo o Presidente,
105 existe o consenso sobre a necessidade de capacitação dos novos integrantes do Comitê e a
106 direção considera apropriado que ABES, que já vem realizando cursos com essa

107 finalidade, possa estruturar um curso em 2 ou 3 módulos, distribuídos ao longo de duas
108 ou três semanas, direcionado ao COMITESINOS e outros Comitês. Além dessa proposta,
109 devem ser planejados cursos voltados às demandas internas do Comitê, dadas as nossas
110 necessidades que são mais avançadas como, por exemplo, cursos sobre tarifação e planos
111 de bacia. A expectativa do Presidente é a de que o trabalho planejado possa ser
112 executado até o final do ano e que todos os representantes das entidades membro tenham
113 a oportunidade de participar. Feitas as considerações, ficou acertado que a direção
114 delegaria a um dos representantes das entidades membro do Comitê a tarefa de discutir
115 com a ABES uma proposta e, tão logo estruturada, ela seria apresentada ao plenário.
116 Dito isso, o Presidente solicitou que o representante do Sindicato dos Químicos fizesse
117 uma avaliação sobre a realização do III Encontro Nacional dos Comitês de Bacias e do
118 Fórum Nacional. Geraldo considerou que sua avaliação era a de quem não tinha, até
119 então, participado dos encontros anteriores e, como tal, reconhecia que o evento de Minas
120 tinha sido muito valioso pela troca de experiências e pelas informações prestadas nas
121 palestras. Apesar de ter tido conhecimento das dificuldades enfrentadas pelos
122 coordenadores, particularmente pela falta de apoio institucional oferecido pelo Governo
123 do Estado mineiro, para quem estava de fora, apenas como participante, a oportunidade
124 tinha sido muito rica. Obviamente que eventos desse porte, com um público tão
125 expressivo e diversificado, não havia como atender às expectativas individuais, tanto as
126 que passam pelo interesse de participar de palestras que acabam ocorrendo
127 simultaneamente como aquelas relacionadas à metodologia aplicada para os debates.
128 Geraldo ainda fez referência sobre a realização de reuniões paralelas como as de Comitês
129 do mesmo Estado e as da sociedade civil. Sobre essa última, onde acabou tendo uma
130 participação mais expressiva do que intencionava, até porque, inicialmente, não estava
131 entendendo sobre o que elas tratariam, avaliou como sendo uma iniciativa positiva já que
132 elas resultaram numa primeira tentativa de organizar a sociedade civil para a
133 participação nos Comitês de Bacias, através da instituição de um Fórum Nacional da
134 Sociedade Civil. Houve, sobre esta questão, o esclarecimento que tais reuniões foram
135 provocadas pelas entidades que compõem o grupo da sociedade civil nos Comitês
136 paulistas onde, diferente da composição dos Comitês gaúchos, não têm assegurado o
137 número de assentos necessários ao estabelecimento de um relativo equilíbrio entre as
138 forças locais (governo, municípios, usuários e sociedade civil). Por último, Geraldo
139 reconheceu a importância do Fórum Nacional de Comitês de Bacias ter definido as
140 normas de seu funcionamento, na reunião que deu o fechamento ao evento. Feitas as
141 considerações, o Presidente apresentou o quinto assunto da pauta, esclarecendo que o
142 Regimento Interno do COMITESINOS estabelece que cada direção que assume um
143 mandato deve apresentar ao plenário o Plano de Trabalho para o período correspondente
144 a sua gestão. No caso em vigor, que trata de sua reeleição, a proposta é a de dar
145 continuidade aos projetos e programas iniciados na gestão anterior. Este, inclusive, tinha
146 sido o compromisso assumido quando manifestara a sua intenção de concorrer à
147 reeleição. Dessa forma, considerava mais importante apresentar uma espécie de check
148 list do que estava sendo realizado e o cronograma físico correspondente, a partir da
149 definição de um quadro de prioridades estabelecido pelo cruzamento de dois critérios:
150 urgência e importância. Esta proposta, apesar de já concebida pela direção, seria
151 submetida à CPA para aprimoramento e trazida ao plenário na próxima reunião
152 ordinária. Feito o esclarecimento, houve o questionamento sobre quem integrava a CPA e
153 as demais comissões e grupos de trabalho do Comitê. Para que a informação não fosse
154 perdida foram sugeridas a elaboração e distribuição de uma planilha, indicando quem é
155 quem nestes cenários. Assim acertado, foram anunciados três assuntos já trazidos ao
156 conhecimento do plenário, mas ainda não concluídos. O primeiro deles, sobre a relação
157 do COMITESINOS e da UNISINOS com a PETROBRÁS, na realização do Mutirão Rio
158 dos Sinos. Paim esclareceu que o programa, após tantos anos de sucesso e repercussão,
159 inclusive internacional, apresentava sinais de desgaste nas relações institucionais e que o
160 acordo de parceria estabelecido, de forma informal, estava sendo desrespeitado gerando
161 problemas de coordenação e comando. A avaliação do Presidente foi a de que chegara o

162 momento de firmar as regras de condução do processo, de maneira oficial, definindo
163 claramente as atribuições de cada um dos agentes. Paim ainda informou que esta
164 intenção já havia sido apresentada ao superintendente da PETROBRÁS, em reunião
165 realizada no mês de junho, e que o mesmo se comprometera a tomar as providências
166 necessárias para que, num primeiro momento, fossem corrigidos os atropelos que estavam
167 ocorrendo. Como o compromisso assumido não tinha sido efetivamente cumprido e os
168 prazos estavam ficando estreitos para que o VII Mutirão pudesse ser realizado dentro do
169 período programado e da dinâmica tradicional, que previa a capacitação dos professores
170 e dos alunos envolvidos, a mobilização do universo escolar, a produção do material de
171 divulgação e de suporte para as atividades didáticas, era premente que o COMITESINOS
172 tomasse uma atitude mais incisiva sobre o trabalho. Ione Gutierrez, representante do
173 Sindicato dos Professores de Canoas e coordenadora da Comissão Permanente de
174 Educação Ambiental do Comitê, deu detalhes sobre o acordo informal que existia entre os
175 agentes executores do Mutirão, informando que os problemas não eram de hoje. Lembrou
176 que, apesar de grande parte das atividades serem executadas pelo COMITESINOS e pela
177 UNISINOS, como o programa de capacitação e o processo de mobilização, a
178 PETROBRÁS se apropriada de tal forma do Mutirão que passara a utilizá-lo como
179 instrumento promocional da empresa sem fazer qualquer referência e buscar o
180 consentimento dos demais executores. Isso ocorrera no evento em Haia, no encontro da
181 IDIS e tantos outros. Sandro Camargo complementou as informações prestadas por Ione
182 dizendo que havia sido utilizado o mapa da bacia do rio dos Sinos elaborado pela
183 Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Leopoldo, com base nas informações
184 fornecidas pelo COMITESINOS, na capa da embalagem do vídeo produzido sobre o
185 Mutirão sem que as entidades fossem consultadas e sem que houvesse a indicação da
186 autoria do trabalho. Diante da gravidade da situação, e por haver sido agendada nova
187 reunião entre o superintendente da PETROBRÁS, representantes da UNISINOS e do
188 Comitê, o Presidente solicitou que o plenário se posicionasse sobre a medida que deveria
189 ser tomada, caso não houvesse um acordo que garantisse o cumprimento dos
190 compromissos assumidos. Paim chegou a aventar a possibilidade de rompimento da
191 parceria caso não houvesse consenso das partes, particularmente da PETROBRÁS. O
192 plenário decidiu pela busca de um entendimento mas autorizou o Presidente a tomar uma
193 atitude mais forte, como o próprio rompimento, caso não houvesse predisposição formal
194 da PETROBRÁS de assumir e respeitar os acordos. Assim decidido, o segundo anúncio
195 foi sobre a possibilidade da GERDAU apresentar ao plenário do Comitê informações
196 sobre as denúncias de poluição apresentadas pelo Green Peace, no início do ano.
197 Conforme foi informado, o assunto já havia sido trazido ao plenário mas por questões
198 operacionais, não chegara a ser apresentado. O representante da FIERGS/GERDAU,
199 Oscar Schwengber, considerou a possibilidade de realizar a apresentação das
200 informações na próxima reunião ordinária do Comitê, programada para o dia 13 de
200 setembro. Diante da repercussão do assunto, foi sugerido que representantes do Green
201 Peace fossem igualmente convidados mas o plenário considerou mais apropriado
202 convidá-los em outra oportunidade. Sandro Camargo sugeriu que outros
203 empreendimentos com ocorrência na bacia tivessem o mesmo espaço no Comitê para que
204 as informações pudessem ser divulgadas inclusive na página do Comitê. Dando
205 seguimento aos assuntos agendados, foi anunciada a intenção da direção em definir
206 procedimentos que venham a garantir a maior participação do COMITESINOS nos
207 processos de licenciamento das intervenções impactantes na bacia Sinos, como, por
208 exemplo, a implantação da UTE/Canoas. Foi lembrado que na última reunião ordinária
209 o assunto havia sido tratado e o plenário inclusive chegara a instituir um grupo de
210 trabalho responsável pela elaboração das diretrizes preliminares, mas que a reunião do
211 grupo não ocorrera, até então, pela sobrecarga de trabalhos. O anúncio que estava
212 sendo feito, no momento, tinha muito mais o sentido de comunicar ao plenário que a ação
213 não caíra no esquecimento e que a mesma seria iniciada nos próximos dias. Paim
214 lembrou o plenário sobre como havia sido conduzido o licenciamento da ampliação das
215 instalações da GERDAU, e a decorrente determinação da FEPAM em promover um

216 convênio entre aquela empresa e o COMITESINOS, naquilo em que a legislação prevê
217 como medida compensatória. Se o licenciamento da GERDAU poderia ser considerado
218 como a primeira iniciativa de aproximação da FEPAM com um Comitê de Bacia, a
219 UTE/Canoas deixava muito a desejar, particularmente nos procedimentos de discussão
220 sobre as medidas compensatórias. Por conta dessa relação, que deveria ser aprimorada, é
221 que havia sido instituído o grupo de trabalho. Feitos os esclarecimentos, e tendo sido
222 concluídos os temas agendados, o Presidente abriu a pauta para a apresentação dos
223 assuntos gerais. A primeira a se manifestar foi a eng. Janine Haase, que compõe a equipe
224 de execução do projeto Marca D'Água, que tem como objetivo acompanhar e estudar o
225 processo de desenvolvimento do sistema de gestão das águas no Brasil. Janine informou
226 que serão acompanhadas e comparadas as experiências em cerca de 15 bacias
227 hidrográficas, distribuídas nas cinco grandes regiões do país e ela realizará o
228 acompanhamento do COMITESINOS. Neste sentido, foi solicitado que os representantes
229 das entidades membro do Comitê colaborassem no fornecimento de informações, a partir
230 das entrevistas que já estavam sendo realizadas. O representante da Fundação
231 Zoobotânica, Luiz Fernando Barrios apresentou ao plenário do Comitê informações sobre
232 o trabalho que está sendo realizado no Parque Zoológico, esclarecendo que o parque,
233 apesar de ter reconhecimento público pelo Zoo, tem sido trabalhado como reserva
234 ambiental contando, inclusive, com recursos do Pró-Guaíba. Apesar desse esforço, a
235 unidade ambiental vinha sofrendo constante pressão por uma ocupação inadequada e, no
236 momento, havia uma intenção do Polo de Informática de ampliar as suas instalações em
237 área que integra a unidade. Para propor alternativas que garantam o desenvolvimento
238 sustentável da região do entorno do Parque Zoológico foi formado um grupo de trabalho,
239 instituído por Decreto do Governo Estadual, responsável por realizar estudos para evitar
240 e minimizar o impacto de expansão urbana na área de interesse ambiental. Luiz
241 Fernando considerou a possibilidade do COMITESINOS se envolver nesta iniciativa e
242 sugeriu que o documento que apresenta a proposta do Grupo de Trabalho fosse divulgado
243 entre os integrantes do Comitê para avaliação e posterior sugestão de participação.
244 Ainda dentro dos assuntos gerais, foi questionado sobre o andamento da proposta
245 apresentada à Agência Nacional de Águas, para habilitar as companhias de saneamento
246 da região aos recursos do Programa Nacional de Despoluição de Bacia Hidrográficas. O
247 Presidente informou que técnicos da ANA haviam solicitado informações complementares
248 e que as mesmas tinham sido apresentadas imediatamente. Também que, naquele mesmo
249 dia, ele tentara contato para transmitir ao plenário a situação do processo mas que não
250 tinha tido sucesso. Paim ficou de repassar as informações atualizadas tão logo
251 conseguisse se comunicar com técnicos daquela agência. Outro assunto tratado foi sobre
252 a possibilidade do Comitê disponibilizar a cópia da palestra proferida pelo procurador da
253 ANA no III Encontro Nacional de Comitês de Bacia. Sandro Camargo deu tal sugestão
254 reconhecendo a clareza e riqueza do procurador, particularmente quando este tratou das
255 competências e atribuições dos Comitês de Bacia. A sugestão foi acolhida devendo a
256 Secretaria Executiva providenciar cópia do documento. Por último, foi anunciada a
257 retomada do processo de enquadramento das águas do rio dos Sinos. O Presidente
258 informou que os estudos estatísticos realizados pela FEPAM estavam em andamento e a
259 representante da FEPAM, Ilse Rosito Dicke, esclareceu que os técnicos daquela Fundação
260 estavam elaborando a proposta técnica. Diante das informações prestadas, foi decidido
261 que na próxima reunião ordinária do plenário seria apresentado o plano de trabalho do
262 processo de enquadramento. Concluídos os assuntos previstos na pauta a reunião foi
263 encerrada e, para constar, lavrei presente ata que após aprovação será assinada pelo
264 Presidente e por mim.

São Leopoldo, 13 de setembro de 2001.

267 Viviane Nabinger
268 Secretária Executiva

Paulo Renato Paim
Presidente

269

